

**O** Brasil já tem, para 85, praticamente garantidos US\$ 2 bilhões em empréstimos do Banco Mundial — US\$ 700 milhões a mais do que este ano.

E está negociando a *rolagem* das dívidas país a país com o Clube de Paris, contando com a boa vontade da França, cujo presidente, François

Mitterrand, enviou, ontem, uma carta a Figueiredo, apoiando a queixa brasileira contra os altos juros externos. A renegociação da dívida, que começa a ser discutida com



os banqueiros, depende muito do sucesso da pressão que o presidente Figueiredo está exercendo sobre os governos dos países ricos, principalmente dos EUA.

# Negociação da dívida em setembro. Com melhores condições.

É o que garante Pastore: mais prazo para pagarmos e menos *spreads* e comissões para os bancos.

O Brasil terá na próxima etapa de renegociação da dívida externa, que começa em setembro, prazos de carência e pagamento suficientes para que o País não volte a sofrer apertos cambiais a curto prazo. A capitalização dos juros não deverá ser adotada. As autoridades ainda não sabem as condições da *rolagem* dos débitos a vencerem em 1985, mas esperam condições melhores que as do México. Por enquanto, só foram solucionadas as condições de refinanciamento, de curto e longo prazos, com o Clube de Paris, e já se negocia um crédito de US\$ 2 bilhões com o Banco Mundial.

As informações foram dadas ontem em Brasília pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore. Segundo ele, no momento, o governo está interessado em fechar o projeto que submeterá ao Banco Mundial, para aprovação em setembro. Depois haverá a assembléia anual do Fundo Monetário Internacional e, ainda em setembro, o governo inicia as "negociações preliminares" com os bancos credores.

## Empréstimo do Bird

O Banco Mundial deverá liberar US\$ 2 bilhões para o Brasil, no próximo ano. Isto significa US\$ 700 milhões a mais em relação aos US\$ 1,33 bilhão liberados este ano. Fonte da Fazenda informou que, desde 1949, o Banco Mundial já emprestou US\$ 9,67 bilhões ao Brasil, com prazos de amortização

de 15 anos, incluindo um período de carência de três anos.

Para a obtenção do empréstimo global, o Brasil deve apresentar, até início de agosto, um programa de comprometimento dos recursos em projetos setoriais, para que em setembro a diretoria do Banco Mundial dê a sua aprovação. Ontem, uma nova reunião no Ministério da Fazenda entre Pastore e o ministro Ernane Galvêas e auxiliares ainda não fechou os números, mas Pastore espera que até o final deste mês o programa esteja elaborado.

Este ano, o governo teve dificuldades em garantir a contrapartida aos recursos do Banco Mundial, por causa da política monetária. No entanto, está acertado agora que o Banco Mundial aumentará sua participação no financiamento global de vários projetos para o Brasil, o que significa na prática redução da contrapartida brasileira em cruzeiros. Com isso, o Banco Mundial aumenta sua participação de 30 a 35% para 50% em projetos brasileiros.

Outra novidade é que, ao contrário de aplicação em projetos específicos, os recursos emprestados pelo Bird poderão ser substituídos por financiamentos globais a setores da economia, como agricultura, exportações e energia.

## Capitalização dos juros

Para o presidente do BC, é indiferente

como o Brasil vai levantar dinheiro novo nos próximos anos, se por novos empréstimos, como tem ocorrido até agora, ou pelo esquema de capitalização de juros. A seu ver, a capitalização tem aspectos mais negativos do que favoráveis, na medida em que afasta cada vez mais o País de operações normais de mercado, "que em última instância é para onde o sistema vai convergir no momento em que, daqui a alguns anos, tiver absorvido esse problema da dívida".

"Se você tem necessidade de US\$ 3 bilhões, por hipótese, e tem de pagar US\$ 10 bilhões, é idêntico conseguir US\$ 3 bilhões de empréstimo novo ou capitalizar 30%", disse Pastore. Além disso, a tese da capitalização ainda precisará ser debatida entre os bancos credores e as autoridades regulatórias dos países em que estão sediados.

Pastore considera mais importante para a montagem da estratégia da próxima renegociação a definição sobre o curso da economia mundial e o comportamento das taxas de juros: "Precisamos saber se as economias dos EUA, Europa, Japão vão crescer mais ou não em 1985, se os juros vão subir, baixar, pois estes são os fatores importantes para determinarmos quais os recursos de que precisaremos para equacionar o problema da dívida".

A obtenção de renegociação por vários anos, isto é, abrangendo as dívidas a vencer

além de 1985, é algo que Pastore conta como certo. "O número de anos que vai entrar na negociação é uma coisa técnica, que deriva do atual perfil da dívida e atuais concentrações de pagamento que se têm nos anos vindouros. O ideal é não deixarmos corcova de dívida, para o problema não se repetir num futuro próximo."

Quanto às condições de renegociação, Pastore recorda que o México conseguiu este ano US\$ 3,8 bilhões com dez anos de prazo e cinco e meio de carência, e que agora cada país que está indo ao mercado financeiro vai procurar obter melhores condições do que estas. "Certamente vamos forçar por maior prazo, carência, menores *spreads* (taxas de risco) e comissões."

O governo pretende formalizar, até o final da próxima semana, acordos bilaterais para a *rolagem* da dívida externa junto a organismos oficiais da Espanha, Austrália e Bélgica, dentro da renegociação global acertada em novembro de 1983 no âmbito do Clube de Paris para os compromissos com vencimento entre agosto do ano passado e dezembro próximo, a prazos de nove anos para amortização e carência de cinco.

Para acertar os termos finais da renegociação bilateral, seguiram para Madri, Viena e Bruxelas: da Procuradoria Geral da Fazenda, Luiz Machado Fracarolli, e do Banco Central, Marcelo Ceylão de Carvalho e Maria

do Socorro de Carvalho Lafrano, do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros, e ainda, Luiz Carlos Sturzeneger, do Departamento Jurídico.

Na renegociação global com o Clube de Paris, em novembro, ficou estabelecido que o Brasil firmaria os acordos bilaterais com cada um dos 18 países membros do Clube até o final do mês passado. Mas a difícil conciliação dos créditos impediu a formalização de todos os acordos. Até agora, só houve acerto com a Suécia, Dinamarca e, agora, Espanha, Austrália e Bélgica.

Mesmo após a assinatura dos acordos bilaterais, as partes ainda admitirão a inclusão de novos créditos nos termos da renegociação global do Clube de Paris. Apesar desta abertura, os entendimentos com os Estados Unidos, França e Japão continuam longe do final. O Banco Central e os organismos oficiais destes países chegaram a bom termo sobre 80% dos créditos, mas faltam elementos que permitam a inclusão do restante no pacote do Clube de Paris.

Dentro do atual quadro das contas externas, a conclusão do processo de renegociação com o Clube de Paris não preocupa o governo. Por isso, na opinião de técnicos do Banco Central, os países credores é que deverão ter maior interesse em alinhar os seus créditos renegociáveis para eliminar a pendência em vigor.